



A área de sistemas navais de combate, uma das mais críticas e tradicionais do programa de nacionalização industrial da Marinha do Brasil, deve, muito em breve, finalmente ser vendida para outra empresa. O início de “discussões com uma empresa brasileira”, deflagrou o aguardado processo de venda do controle da Consub Defesa e Tecnologia S/A, contou a ALIDE seu presidente, Ricardo Albuquerque.

Com a área de defesa da Consub sempre exibindo pouca ou nenhuma sinergia natural com os serviços para a indústria de *offshore* de óleo e gás, o core business do grupo SIEM, o nome da Consub Defesa e Tecnologia S/A, ou mesmo o de sua controladora SIEM Consub, são provavelmente menos reconhecidos que o de sua principal linha de produtos, o SICONTA (sigla de “Sistema de Controle Tático”). Criada em 2015 via um processo de *spinoff*

, a nova subsidiária do Grupo SIEM Consub agrupou toda a área de Engenharia de Sistemas de Integração, segregando as atividades ligadas à defesa do resto da empresa. Foram, assim, transferidos para a nova empresa os sete contratos assinados com a Marinha do Brasil atualmente em andamento. Albuquerque salientou que esta nova empresa vem ao mundo com “passivo zero, um balanço maravilhoso... o melhor do Brasil. Seu valor sendo determinado pelo valor presente dos atuais contratos e por seu patrimônio líquido e humano”.

Desde que foi comprada pelo grupo norueguês SIEM, há mais de uma década, a empresa de engenharia brasileira Consub passou a ter todo seu capital em mãos estrangeiras, o que naturalmente dificultou sua qualificação como “Empresa Estratégica de Defesa” (EED). Segundo Ricardo Albuquerque, uma vez consultada informalmente, a MB teria dito que “não se oporia à venda da empresa, desde que fosse preservada a equipe técnica 100% brasileira no programa SICONTA.”

No período de consolidação da indústria de defesa que se seguiu à publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008, a empresa resistiu ao assédio de grandes concorrentes, brasileiros e estrangeiros, optando por permanecer como um *player* independente no mercado. Segundo outras fontes de ALIDE, a maior razão para a recente mudança de rumo se deveria ao profundo corte do orçamento militar e nas consequentes reprogramações de desembolsos da Marinha por conta da crise econômica e política que o país atualmente atravessa.

Durante a FIDAE 2012 o próprio Ricardo Albuquerque confirmou para ALIDE a existência de interesse por parte das grandes empreiteiras brasileiras, pelo núcleo técnico do programa SICONTA. Passados apenas quatro anos, tendo em vista o delicado momento atual das mesmas empreiteiras, Albuquerque sem esconder uma ponta de ironia disse que: “os leões de antes acabaram se transformando em meros gatinhos agora”. Segundo ele, ainda, “apenas nos últimos seis meses quatro grandes corporações internacionais conversaram conosco, sondando.” Mas como hoje “eles se encontram falando de forma séria com uma empresa, e a Consub considera deselegante iniciar um leilão”, não querem começar a abrir outras frentes em paralelo. Albuquerque acredita que o acordo final de venda deva ser concluído entre dois meses e três meses e meio.

Ricardo Albuquerque lembrou que o desenvolvimento do SICONTA se iniciou através das atividades de um consórcio formado pela Elebra Sistemas de Defesa e Controles Ltda. e a Consub, com esta segunda empresa herdando a atividade, e os profissionais técnicos desta, após sua falência. Diferente de outras empresas de defesa que se iniciaram brasileiras e foram adquiridas em parte por empresas estrangeiras, a compra das ações dos norueguesas por outras empresas estrangeiras de nada ajudaria na transformação da Consub Defesa e Tecnologia S/A em EED. Mesmo assim, buscando ampliar suas chances no programa Prosuper, várias empresas estrangeiras poderiam se interessar pela aquisição da Consub. Nomes como Lockheed, Raytheon, Thales, Atlas Elektronik, Finmeccanica-Selex ES, SAAB ou a DCNS sendo os “suspeitos usuais” para esta aquisição. Ao contrário, a venda de pelo menos 60% da Consub Defesa e Tecnologia para uma empresa brasileira, permitiria que a empresa resultante pudesse rapidamente virar uma Empresa Estratégica de Defesa, carregando todos os benefícios decorrentes disso.

Como o produto SICONTA pertence à MB, e não à Consub, a compra da empresa não garante o poder do comprador sobre o futuro dele para além da validade dos atuais contratos. Resta saber se, no atual contexto de agudas restrições orçamentárias, a tão decantada prioridade da END pelo pleno domínio tecnológico nacional ainda se mostre tão prioritária para a Marinha, e para o Ministério da Defesa, caso isso implique no risco da inviabilidade econômica da empresa desenvolvedora brasileira sob o efeito dos cortes e contingenciamentos orçamentários.

O maior temor na Marinha do Brasil, sendo que tendo estas grandes empresas internacionais seus próprios produtos concorrentes do SICONTA, lhes seja mais atraente encerrar a linha nacional e substituí-la por uma linha de propriedade 100% estrangeira. “Como qualquer sistema o SICONTA se encontra sempre em evolução” explicou Albuquerque. “Cada novo modelo precisa ser capaz de rodar em hardware atual além de interoperar com novos sistemas, sensores e armamento”. Em relação às potenciais parcerias com empresas estrangeiras ele falou que : “não sou arrogante ao ponto de pretender dizer que o SICONTA não possa ser melhorado com auxílio externo, mas, enganam-se as empresas que acreditam que conseguiriam ter sucesso no Brasil com planos de meramente rebatizar seus sistemas proprietários de ‘SICONTA’ e com isso matar todo o esforço de desenvolvimento realizado ao longo deste esse tempo todo”.

A família de sistemas de combate nacional evoluiu consideravelmente ao longo dos anos. A partir do pioneiro SICONTA Mk. I, usado brevemente no navio-aeródromo Minas Gerais, derivou-se sua versão mais exitosa, o SICONTA Mk. II, “coração” da profunda modernização (ModFrag) aplicada às seis fragatas classe-Niterói. A versão seguinte foi criada especialmente para a Corveta Barroso e o SICONTA Mk.IV foi instalado posteriormente no Centro de Operações de Combate do NAe São Paulo, integrando vários radares e sensores que vieram junto com este navio da França. A mais recente versão é a “traço 5” (Mk. V), um software bem mais leve e com recursos simplificados para uso nos navios-patrolha da classe Macaé (NPa 500/NPa 500A) da Marinha do Brasil e de futuros clientes de exportação.

Revelados por ALIDE alguns anos atrás, a MB tinha planos ambiciosos para o SICONTA que previam para depois dessa versão, a criação do modelo “Mk. VI” a ser usado nas fragatas de 6000 toneladas do PROSUPER, a Mk.7 originalmente prevista para uma possível modernização de meia-vida das (agora, apenas duas) fragatas da classe Greenhalgh, e a Mk. VIII um possível sistema de combate nacional para os futuros submarinos de propulsão nuclear da MB. Se o difícil momento atual coloca reais dúvidas sobre a concretização destes planos, desde então, o projeto das novas corvetas classe-Tamandaré ultrapassou todas estas outras opções em termos de prioridades na MB. Esta nova versão do sistema de combate brasileiro demandará um SICONTA modernizado que integre ao seu core o novo radar BRADAR (derivado do BAE *Artisan*) e os sistemas de mísseis antiaéreos MBDA *Sea Ceptor* e antinavio Avibras MAN-SUP, entre outras novidades aguardadas.

Embora o desenvolvimento e a manutenção do SICONTA seja atualmente responsabilidade da SIEM Consub, sua comercialização é responsabilidade da Emgepron – Empresa Gerencial de Programas Navais da Marinha do Brasil.

SICONTA vai mudar de casa: uma vez mais

Written by Felipe Salles

Monday, 11 April 2016 12:09 - Last Updated Monday, 11 April 2016 14:13
